



PARTE J

BBVA, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 12-T/2007

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

O conselho de administração da BBVA Instituição Financeira de Crédito, S. A., no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à assembleia geral, relativamente ao exercício de 2006, o seu relatório sobre as actividades e resultados da sociedade, bem como as contas, acompanhadas do parecer fiscal único e da certificação legal das contas.

Enquadramento macroeconómico

Economia internacional

O crescimento económico global em 2006 apresentou um apreciável dinamismo, ultrapassando as previsões mais optimistas. Este crescimento aparece sustentado por uma base geográfica cada vez mais extensa e diversificada. A par da consolidação da expansão na Europa, permanece o comportamento muito positivo dos mercados emergentes. Factores como o desenvolvimento tecnológico e a globalização dos mercados e dos sistemas financeiros, favorecem este dinamismo.

Crescimento do PIB por regiões

(Em percentagem)

	2005	2006	2007
EUA	3,2	3,3	2,8
UEM	1,4	2,6	2,5
América Latina	4,4	4,9	4,5
China	9,9	10,4	9,5
Mundial	4,9	5,0	4,7

Fonte: BBVA e Comissão Europeia.

Apesar da expansão económica e do aumento da procura de matérias-primas, a inflação manteve-se moderada. No entanto, a incerteza associada a uma possível tensão inflacionista por efeito da pressão da procura e a possibilidade do aumento dos preços do petróleo se transmitir de uma forma mais acentuada ao resto da economia, levou as principais autoridades monetárias a aumentar as suas taxas de referência em 2006. Este risco atenuou-se claramente a partir do último trimestre do ano, altura a partir da qual se assistiu a uma redução generalizada do preço das matérias primas que, no caso específico do petróleo, se deveu quer à ausência de perturbações climáticas importantes, quer à diminuição das tensões geopolíticas.

As expectativas para 2007 permanecem positivas, embora a magnitude do crescimento dependa, em grande medida, da forma como os países com uma economia mais dinâmica reajam à previsivelmente moderada desaceleração económica dos EUA que, não obstante, deverá crescer a uma taxa próxima do seu potencial.

O crescimento estimado para a economia da zona euro em 2006, 2,6%, superou as expectativas. Após vários anos de debilidade cíclica, a forte aceleração da actividade, estimulada pelo dinamismo do comércio mundial, pelo impulso do investimento em equipamento e por alguma retoma do consumo privado, propiciou este dinamismo. Existem, aliás, razões para crer que a recuperação cíclica é sustentável e irá consolidar-se ao longo de 2007.

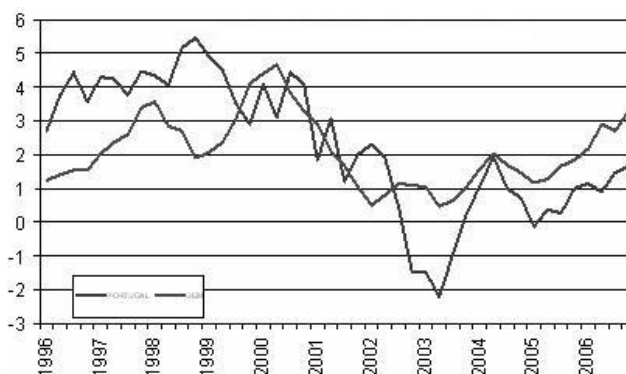
Por sua vez, o processo de normalização das taxas de juro deverá prosseguir, num contexto em que os dados da actividade confirmam um cenário de crescimento sustentado e em que as expectativas de inflação se mantêm acima do objectivo. A taxa *refi* na zona euro que se situou no final do ano em 3,50%, deverá subir até 4% no primeiro semestre de 2007.

Economia portuguesa

A economia portuguesa, embora tenha saído da recessão de 2003, não revela sinais de recuperação sólida desde essa data. O crescimento tímido verificado em 2005 mantém-se em 2006, se bem que a forte procura externa lhe tenha imprimido maior dinamismo. Em 2006, o PIB português subiu 1,3% (taxa interanual), situando-se muito abaixo do crescimento da zona euro, que registou um aumento de 2,6%. Pelo quinto ano consecutivo, Portugal terá uma taxa de crescimento inferior à média da zona euro, o que significa um retrocesso no processo de convergência.

PIB em Portugal e UEM

(Taxa de crescimento interanual trimestral)



Fonte: INE, Eurostat e BBVA.

O crescimento do PIB explica-se fundamentalmente graças ao forte impulso do sector externo, contribuindo a procura interna apenas com 0,3% para o crescimento do produto.

Por componentes, a evolução do consumo ao longo do ano foi relativamente modesta, registando um crescimento de 1,1% na taxa interanual, apesar da confiança dos consumidores ter evoluído favoravelmente.

Por sua vez, a evolução do consumo público, com uma queda de 0,3% em 2006, denota o esforço de consolidação orçamental.

O investimento é, de todas as componentes, aquela que mais tem travado o crescimento, apresentando uma queda de 1,7%. Apesar desta queda assistiu-se a um desagrevamento na sua progressão quando comparada com 2005 (— 3,8%). A maior parte deste comportamento negativo tem a sua origem na construção, que, no último ano, acentuou o seu ritmo de descida.

Durante o corrente ano, as exportações de bens e serviços tiveram um crescimento notável, a taxas interanuais da ordem dos 8,8%, segundo dados disponibilizados pela contabilidade nacional. Grande parte do aumento das exportações é explicada pelo dinamismo do comércio mundial e, em concreto, pelo bom momento que atravessa a UEM (80% das exportações portuguesas têm por destino este mercado). Mas também aumentaram de forma significativa as exportações de bens para mercados que não integram a UEM, entre os quais se destaca o incremento de 27% das exportações para os EUA relativamente ao ano de 2005.

Os últimos dados revelam que poderá ter sido travada a deterioração da competitividade, ainda que se esteja longe dos níveis anteriores a 2000. No que diz respeito ao grau de especialização, os dados da balança comercial revelam um aumento relativo das exportações líquidas de bens de média-baixa tecnologia e de média-alta tecnologia em detrimento dos bens de baixa tecnologia.

As importações, por seu lado, e apesar de uma procura interna deprimida, apresentaram igualmente uma aceleração face a 2005, crescendo 4,3%.

O maior ritmo de crescimento das exportações, aliado à redução dos preços do petróleo, atenuou o défice comercial. No entanto, as necessidades de financiamento externo, expressas em percentagem do PIB, continuam elevadas, 8,7% do PIB, deteriorando-se face ao ano anterior (— 8,1%).

No que respeita ao mercado laboral, a taxa de desemprego em Portugal apresentou uma progressão ascendente, estabilizando-se na ordem dos 7,7% em 2006, um valor superior ao do ano anterior em 0,1 p.p.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 3,1%, o que significa um aumento dos preços de quase um ponto em relação ao registado em 2005. Esta situação deu lugar ao ressurgimento do diferencial de preços entre Portugal e a zona euro, que se situa actualmente um pouco acima de um ponto, após ter sido reduzido praticamente a zero em 2005.

Previsões macroeconómicas

	Banco de Portugal		
	2006	2007	2008
PIB	1,2	1,8	2,1
Consumo Privado	1,2	1,5	1,7
Consumo Público	- 0,2	-	0,3
FBCF	- 3,1	-	3,9
Exportações	9,3	6,2	6,1
Importações	4,3	3,5	4,7
Inflação (IHPC)	3,0	2,3	2,4
Défice BCorrente + BCapitais (percentagem do PIB)	7,6	7,3	7,2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2006.

É igualmente de esperar, para 2007, que a economia portuguesa cresça a um ritmo superior ao do corrente ano, ainda que a composição desse crescimento seja distinta. No próximo ano o Banco de Portugal estima que a economia cresça a uma taxa de 1,8%. A procura externa contribuirá menos para o crescimento, o que, crê-se, será compensado por uma melhor evolução da procura interna. Espera-se uma moderação da inflação até taxas de 2,2% em 2007. Estas previsões implicam a anulação do diferencial de inflação com a zona euro após a ampliação transitória observada este ano.

Síntese da actividade

O exercício de 2006 representou para os accionistas da sociedade, um ano de consolidação das profundas alterações iniciadas em 2005, consubstanciadas no reforço da capacidade competitiva e na expansão do negócio na esfera da intervenção especializada na área automóvel e pela implementação das Normas de Contabilidade Ajustadas — NCAs.

O aproveitamento das sinergias operativas, o estabelecimento de novos acordos com grupo de concessionários e a dinamização de negócios multimarcas foram assumidos como prioridades estratégicas para 2006.

Estamos, todavia, conscientes de que o enquadramento competitivo em que operamos e desenvolvemos a nossa actividade é bastante complexo e dinâmico, tendo-se mesmo traduzido por um decréscimo de 5,1% nas vendas dos veículos ligeiros. O comportamento do mercado de automóveis reflectiu a situação da economia portuguesa traduzindo uma diminuição da confiança quer dos consumidores quer dos investidores, caracterizado por um nível de endividamento das famílias. Esta situação, aliada a subida das taxas de juro contribuíram de forma negativa no mercado de automóveis.

Modelo de negócio

A estratégia comercial em 2006, teve como base o modelo de instituição especializada no negócio de financiamento e aquisição de bens e abandono do modelo assente no financiamento de serviços, com especial enfoque no sector automóvel, em torno dos três subsegmentos da cadeia de valor, para os quais manteve a aposta na oferta e desenvolvimento de ofertas mais adequadas:

Importadores/distribuidores.
Concessionários e *stands*.
Clientes finais.

A tendência do sector de distribuição automóvel aponta para uma crescente abordagem da multimarca do mercado, sendo assim é natural que a sociedade desenvolvesse as suas competências comerciais e operacionais nesse sentido, com especial destaque para o financiamento de viaturas novas e semi-novas, para o qual foi desenvolvida

uma plataforma de subscrição e processamento de negócio próprio. Neste domínio salienta-se os esforços que têm sido feitos no desenvolvimento de plataforma de subscrição de negócio via telefone e Internet.

Oferta de produto

A oferta de produtos de financiamento ao Cliente continuou a basear-se nas três modalidades disponíveis no mercado — Crédito, *leasing* e A.L.D — complementada pela disponibilização de serviços como o cartão de combustível, seguro automóvel e de protecção ao crédito. Durante o ano de 2006, criou-se mais um produto, o *crosseling*, que consiste na atribuição de *plafond* de crédito aos nossos melhores clientes. De salientar também, o facto de 2006 ter sido um ano de preparação para o lançamento de mais um produto, os cartões. Produto este a ser lançado no mercado durante o ano de 2007.

Canais e redes de distribuição

A sociedade dedica-se, exclusivamente, ao canal Ponto de Venda (concessionários e *stands*). A estrutura baseia-se em equipas de gestores comerciais, organizadas em subsegmento de negócios:

Rede Comercial Marcas e Acordos e algumas parcerias com marcas ou seus representantes no negócio de financiamento, que são exemplos o Grupo Santogal e Grupo Sorel.

Rede Comercial Multimarcas Novos, que servem de base às equipas comerciais que operam junto dos prescritores de zona e de apoio aos concessionários e clientes finais dentro da sua zona de intervenção.

Operações

Na área de operações foi efectuado um esforço de racionalização e eficiência, em virtude da sua adequação a estratégia comercial da sociedade que se traduziu na externalização de serviços sem valor acrescentado para a mesma. Mesmo com esta operação salienta-se que os níveis de serviços de atendimento a clientes em termos de número de chamada, tempos médios de chamada e respectiva resposta foram asseguradas com elevados padrões de qualidade.

Contencioso e recuperação de créditos

Durante o exercício de 2006 continuou-se com a estratégia delineada nos anos anteriores pelo facto de se ter constatado o sucesso da mesma, assente nos seguintes pontos-chave:

Aposta na relação cliente/instituição e no melhor enquadramento possível de acordo com o perfil do cliente:

Centralização na figura do cliente, sendo a sua abordagem pela responsabilidade total da sua dívida;

Existência de um Gestor de carteira que preconiza a recuperação de um cliente específico;

Identificação de factores de diferenciação, ou segmentação de clientes de forma a levar a cabo acções que melhor se coadunam com o seu perfil.

Manutenção da nova plataforma informática introduzida em 2003 — Front End — a qual permite de uma forma mais rápida e eficiente conhecer o historial do cliente de forma automatizada e transversal, o que conduziu a melhorias significativas dos níveis de recuperação e dos serviços prestados.

Quanto aos recursos humanos, continua-se a apostar na formação, ao nível de negociação e persuasão, e na adequação da sua estrutura, à carteira actual em gestão.

Risco de crédito

A política seguida na gestão de risco tem por base a identificação e análise dos diversos tipos de risco a que a sociedade está sujeita, de forma a adaptar estratégias que maximizem os seus resultados.

Desta forma, a estratégia de risco de crédito é diferenciada consoante a tipologia de origem do negócio (prescritores novos, prescritores antigos, prescritores de marca com acordos, negócio oriundo de cliente final, negócio captado nas agências), ou seja, existe uma adequação ao modelo de subscrição do negócio.

Salienta-se o enfoque na racionalização dos meios e processos por forma a assegurar bons tempos de resposta na decisão, e ao mesmo tempo manter o rigor necessário a criação de uma carteira de crédito

saudável. Assim neste sentido continua-se a desenvolver e a introduzir melhorias no sistema informático, visando agilizar o processo de decisão e avaliação de risco, bem como o desenvolvimento de uma plataforma de *scoring* adequada.

Demonstrações financeiras

Gestão financeira

Durante o presente exercício, a gestão foi orientada tendo em consideração dois princípios básicos:

Gestão de capitais próprios e alheios adequada ao volume de negócio;
Gestão conservadora da taxa de juro.

Risco de taxa de juro

Os contratos de *leasing* e crédito são constituídos na sua maior parte por prazos médios de 56 meses, indexadas à Euribor a três e seis meses, por esse motivo a gestão do *funding* deve ter em conta essa maturação. Numa conjuntura de subida das taxas de juro, a instituição procurou monitorizar o mercado em busca da melhor oportunidade de taxa de juro, seguindo o princípio da medição da sensibilidade do somatório do valor actualizado dos *cash-flows* futuros da carteira de negócio, com os *cash-flows* dos respectivos passivos associados.

Salienta-se, também, o facto da instituição não ter procedido a nenhuma operação de securitização da carteira durante o presente exercício.

Risco de liquidez

Quanto ao risco de liquidez, pese embora este se mantenha atenuado, para não dizer nulo, devido a inserção da sociedade no Grupo BBVA, este não deixa de ser acompanhado regularmente pelo comité de activos e passivos, com o objectivo de adequação da estrutura de activos à estrutura de passivos.

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos líquidos da sociedade totalizavam 305 milhões de euros, o que representou um crescimento na ordem dos 16% face ao ano passado. Os capitais próprios ascenderam a 32 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de cerca 8,9%.

O nível de provisionamento líquido do ano corrente ascendeu a 2,2 milhões de euros, que denota um esforço acrescido para fazer face ao saneamento creditício da carteira de Opera e de Equipamento.

O crédito concedido sob gestão ascendia a 291 milhões de euros e o rácio de mora situou-se nos 1,28%, o que representou um decréscimo de cerca de 47 p.b. face ao ano de 2005. Salienta-se o facto do *ratio* de cobertura situar-se em patamar bastante confortável de cerca de 175%, resultado do esforço de provisionamento atrás descrito.

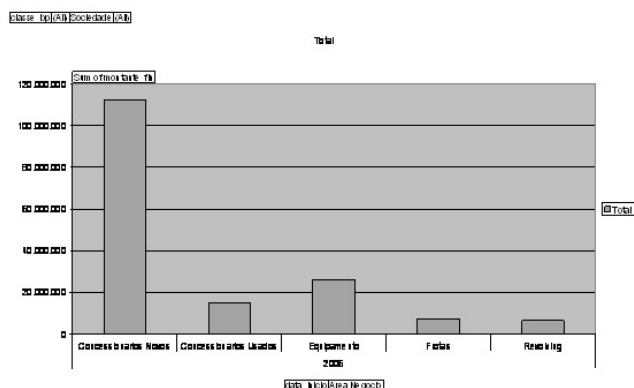
A margem ordinária cresceu cerca de 16,5%, fruto do incremento tanto da margem financeira como da margem por serviços (seguros).

O *ratio* de eficiência situou-se em cerca de 60%, reflectindo uma diminuição de 750 q. b., em resultado do aumento da margem ordinária e redução dos gastos de exploração.

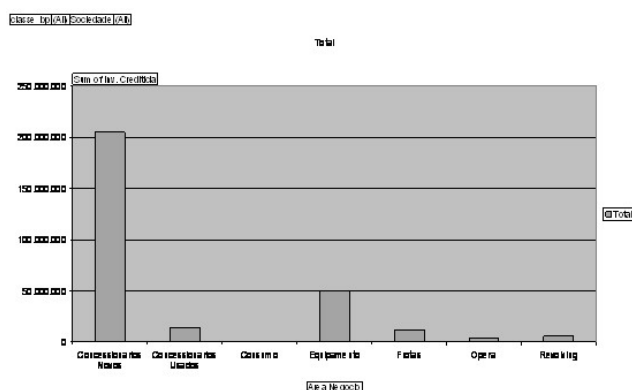
Em resultado do exposto, o resultado líquido ascendeu a 2 395 586 euros, o que representa um crescimento de 79,8%.

A nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 167 milhões de euros, tendo sido realizados 8829 novos contratos repartidos da seguinte forma:

Montante financiado



Carteira sob gestão



Perspectivas e prioridades em 2007

As previsões apontam para a continuação do crescimento da actividade económica em 2007.

As exportações, o consumo privado e o investimento empresarial vão ser os factores que irão desempenhar um papel importante na recuperação da actividade económica. Prevê-se um crescimento moderado da actividade económica, resultado do nível de endividamento das famílias, já de si elevado, o que poderá limitar o recurso ao crédito, e também as restrições orçamentais poderão influenciar negativamente o investimento público. Prevê-se no entanto um crescimento positivo do investimento do sector empresarial, o qual poderá situar-se acima do crescimento da actividade económica.

No sector automóvel, em particular, espera-se uma ligeira dinamização do mercado com crescimento a um ritmo moderado de 1,5%, contudo a concentração a que se tem assistido nos últimos anos no sector de distribuição automóvel deverá continuar a ocorrer, o que conduzirá a um maior poder de negociação dos prescritores junto das financeiras.

No final do ano transacto a sociedade detinha uma quota de mercado no sector de automóveis ligeiros de cerca de 6%, por esse motivo a estratégia passará também pela defesa da posição alcançada. Por outro lado, a sociedade possui actualmente infra-estruturas que lhe permitam processar um maior número de propostas e consequentemente uma maior carteira sob gestão com importantes economias de escala. A desejada melhoria de rentabilidade passará pela aposta rigorosa ao nível de contenção de custos operativos, bem como da utilização intensiva de instrumentos de gestão que permitam uma análise adequada da rentabilidade dos modelos de negócios.

Estratégia 2007

Plano negócio 2007

	CRESCIMENTO				
	Oportunidades Mercado	Novos prescritores	Risco	Preço	Objectivo
USADOS					Integrar
MIDDLE MARKET					Segmentar
EQUIPAMENTO					Especializar
GRANDES ACORDOS AUTO					Ganhar QM

Principais objectivos operacionais 2007

Objectivos financeiros 2007

Cost - to - Income	➡	Inferior a 60%
Net Income	➡	+ € 4 milhões em 2007
R O E	➡	+ 12 % em 2007

Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração, nos termos das disposições legais e estatutárias, propõe que os referidos resultados positivos de 2 395 586 euros tenham a seguinte distribuição:

Reserva legal: 239 558,60 euros.

Resultados transitados: 2 156 027,40 euros.

Agradecimentos

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades monetárias e financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos órgãos sociais, quer o conselho de administração deixar expresso os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

Lisboa, 13 de Fevereiro 2007. — O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez.*

Balanços em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

ACTIVO					(Em euros)
	Notas	2006			2005
		Valor antes de imparidade e amortizações	Amortizações, provisões e imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23	250	—	250	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23	451 747	—	451 747	82 509
Crédito a clientes	3	299 176 396	(4 050 489)	295 125 907	243 794 63
Activos não correntes detidos para venda	4	421 346	(161 987)	259 359	241 333
Outros activos tangíveis	5	981 085	(719 108)	261 977	353 445
Activos intangíveis	5	3 548 688	(2 753 922)	794 766	967 614
Activos por impostos correntes	6	97 008	—	97 008	69 887
Activos por impostos diferidos	6	1 411 594	—	1 411 594	2 229 758
Outros activos	7	6 343 552	—	6 343 552	14 283 956
<i>Total do activo</i>		312 431 666	(7 685 506)	304 746 160	262 023 388

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA				
	Notas	2006	2005	
Recursos de outras instituições de crédito	8	255 034 499	215 711 288	
Provisões	9	4 836 005	3 083 651	
Passivos por impostos diferidos	6	78 874	88 566	
Outros passivos	10	13 188 868	13 927 555	
<i>Total do passivo</i>		273 138 246	232 811 060	
Capital	11	29 903 045	29 903 045	
Outras reservas e resultados transitados	11	(690 717)	(2 023 252)	
Resultado líquido do exercício		2 395 586	1 332 535	
<i>Total do capital próprio</i>		31 607 914	29 212 328	
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>		304 746 160	262 023 388	

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez.* — A Técnica de Contas, *Lília Facho.*

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
Juros e rendimentos similares	13	19 831 258	15 198 402
Juros e encargos similares	14	(11 473 187)	(7 696 545)
Margem financeira		8 358 071	7 501 857
Rendimentos de serviços e comissões	15	1 329 529	407 522
Encargos com serviços e comissões	16	(386 959)	(157 768)
Resultados na alienação de outros activos	17	359 751	140 489
Outros resultados de exploração	18	3 171 120	2 638 498
Produto bancário		12 831 512	10 530 598
Custos com o pessoal	19	(1 543 250)	(1 665 817)
Gastos gerais administrativos	20	(5 166 813)	(4 349 335)
Amortizações do exercício	5	(654 322)	(783 177)

		(Em euros)	
	Notas	2006	2005
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	(1 752 354)	(722 078)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	9	(479 496)	(1 082 537)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	(16 294)	24 168
Resultado antes de impostos		3 218 983	1 951 822
Impostos:			
Correntes	6	(14 925)	(11 359)
Diferidos	6	(808 472)	(607 928)
Resultado líquido do exercício		2 395 586	1 332 535

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez. — A Técnica de Contas, Lília Facho.*

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
Actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	21 560 596	15 995 091
Pagamento de juros e comissões	(12 501 671)	(9 258 534)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(7 604 215)	(5 958 474)
Recuperações de créditos incobráveis	2 506 203	2 559 052
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	10 582 439	(7 084 901)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	14 543 352	(3 747 766)
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre clientes	(50 786 588)	4 013 313
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Fornecedores de bens para locação	(2 228 383)	3 555 351
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(38 471 619)	(54 205 728)
Impostos sobre o rendimento pagos	(41 570)	(35 076)
Caixa líquida das actividades operacionais (1)	(38 513 189)	54 240 804
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Activos tangíveis	32 118	93 799
Pagamentos respeitantes a:		
Activos tangíveis	(84 276)	(127 248)
Activos intangíveis	(336 388)	(304 191)
	(420 664)	(431 439)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(388 546)	(337 640)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	35 000 000	60 000 000
Aumento de capital	—	8 000 000
Fluxos das actividades de financiamento (3)	35 000 000	68 000 000
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(3 901 735)	13 421 556
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (nota n.º 23)	(4 881 940)	(18 303 496)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (nota n.º 23)	(8 783 675)	(4 881 940)

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez. — A Técnica de Contas, Lília Facho.*

Demonstrações de alterações nos capitais próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Em euros)

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Resultados transitados	Total de reservas e resultados	Resultado líquido do exercício	Capitais próprios
Saldos em 1 de Janeiro de 2005	21 903 045	405 256	1 059 096	(4 031 739)	(2 567 387)	544 135	19 879 793
Aplicação de resultados	—	66 367	—	477 768	544 135	(544 135)	—
Aumento de capital	8 000 000	—	—	—	—	—	8 000 000
Result. líq. do exercício de 2005	—	—	—	—	—	1 332 535	1 332 535
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	29 903 045	471 623	1 059 096	(3 553 971)	(2 023 252)	1 332 535	29 212 328
Aplicação de resultados	—	133 255	—	1 199 280	1 332 535	(1 332 535)	—
Result. líq. do exercício de 2006	—	—	—	—	—	2 395 586	2 395 586
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	29 903 045	604 878	1 059 096	(2 354 691)	(690 717)	2 395 586	31 607 914

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez. — A Técnica de Contas, Lília Facho.*

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (adiante designada por BBVA IFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em Maio de 1992, com a denominação de BBVA Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A. (BBVA Leasing).

Durante o exercício de 2003, foi celebrada a escritura de fusão por incorporação na BBVA Leasing da BBVA SFAC — Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S. A., a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de Janeiro de 2003. Simultaneamente foi alterada a denominação da Sociedade e o seu objecto social.

A BBVA IFIC tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às instituições financeiras de crédito, de acordo com o disposto no Decreto.-Lei n.º 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos. Em 31 de Dezembro de 2006, a actividade da BBVA IFIC encontra-se segmentada nas vertentes de locação financeira mobiliária e financiamento da aquisição a crédito de bens e serviços.

Conforme indicado na nota n.º 11, a BBVA IFIC é integralmente detida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A. (BBVA Portugal) e pelo Finanzia Banco de Crédito, S. A. (Finanzia Banco de Crédito), entidades pertencentes ao Grupo BBVA. Consequentemente, as operações e transacções da BBVA IFIC são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BBVA encontram-se detalhados na nota n.º 12.

1 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

1.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 9/2005 e n.º 23/2004, emitidos pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto.-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto.-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da sociedade:

i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) — os créditos são registados

pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;

ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior. Contudo, a Sociedade está a reconhecer estes proveitos e custos com base no método do juro efectivo, dado que previamente à introdução das NCA já tinha como política reconhecer as comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito, ao longo das operações subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros;

iii) Provisionamento do crédito e contas a receber — mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, com as alterações introduzidas pelo aviso do Banco de Portugal n.º 8/03, de 30 de Junho e pelo aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro (nota n.º 1.2);

iv) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 — Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em reservas de reavaliação.

As demonstrações financeiras da BBVA IFIC relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração da BBVA IFIC admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Crédito a clientes:

Crédito concedido:

O crédito concedido a clientes através de locações financeiras é reconhecido nos termos do IAS 17 — Locações, dado que as locações efectuadas pela BBVA IFIC, transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos bens locados para o locatário, a saber:

A locação transfere a propriedade do activo para o locatário no fim do prazo da locação;

O locatário tem a opção de comprar o activo por um preço mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torna exercível;

O prazo de locação refere-se à maior parte da vida económica do activo mesmo que o título de propriedade não seja transferido;

No início da locação, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos substancialmente todo o justo valor do activo locado;

Os activos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem grandes modificações.

Desta forma, a BBVA IFIC, reconhece os activos detidos como uma locação financeira registando-os como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação. Assim, o custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira, tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos. Esta rubrica regista igualmente os adiantamentos para aquisição de bens que se destinem a ser objecto de contratos de locação financeira.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

Crédito e juros vencidos:

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira cujos contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui também o capital vincendo na data da rescisão.

Reconhecimento de custos e proveitos directos ao custo amortizado:

Nos termos do IAS 39 — Instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração, os custos e proveitos directamente relacionados com a contratação das operações de crédito são reconhecidos ao custo amortizado com base no método do juro efectivo, através da sua periodificação ao longo do período de vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos (v. notas n.ºs 3, 13 e 14).

A BBVA IFIC tem como custos e proveitos directamente relacionados com as operações de crédito:

Comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito;

Rappel pago a fornecedores pela angariação de operações de crédito;

Despesas de reserva de propriedade pagas a terceiros;

Subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito;

Despesas de início de contrato recebidas de clientes aquando da celebração do contrato de crédito.

b) Provisões para riscos de crédito e outras. — Estas provisões são constituídas de acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, alterado pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e tendo em conta a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao sector público administrativo.

No que se refere aos contratos de locação financeira mobiliária, para efeito da constituição de provisões, o valor de mercado dos equipamentos locados é considerado como uma garantia real. O valor de mercado dos bens locados é determinado com base no respectivo custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas calculadas pelo método das quotas constantes, com uma aceleração de 50% das taxas de reintegração e amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

i) Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

ii) Estarem em incumprimento há mais de: *(i)* seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; *(ii)* 12 meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a 10 anos; e *(iii)* 24 meses nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Provisões para riscos e encargos — riscos gerais de crédito:

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido a empresas e 1,5% sobre a totalidade do crédito concedido a particulares, excluindo o que tenha sido objecto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa, bem como o que tenha sido concedido a entidades do sector público administrativo. Esta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Outras provisões:

Tratam-se de provisões destinadas a fazer face a outros encargos e a contingências decorrentes da actividade da BBVA IFIC. Em geral, estas provisões não são aceites como custo fiscal.

c) Especialização dos exercícios. — A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

A BBVA IFIC anula os juros incluídos nas rendas em atraso com mais de 90 dias, com excepção dos montantes que não excedam o presumível valor de mercado dos bens locados, deduzido do capital vincendo dos respectivos contratos.

d) Activos não correntes detidos para venda. — Nos termos do IFRS 5 — Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, os activos ou grupos de activos não correntes, são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;

O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;

Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos não correntes detidos para venda (nota n.º 4), referem-se aos bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira, os quais são inicialmente registados pelo valor do capital em dívida à data da rescisão. Posteriormente são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em preços de mercado para viaturas usadas, ou quando não aplicável, é determinado com base em avaliações de peritos independentes.

As mais valias potenciais em activos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

e) Activos tangíveis. — Nos termos do IAS 16 — Activos fixos tangíveis, os activos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo

custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica de gastos gerais administrativos.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Material de transporte	4

f) *Activos intangíveis.* — Nos termos do IAS 38 — Activos intangíveis, os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e respeitam a *software* informático. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde a um período de três anos.

g) *Benefícios dos empregados.* — A sociedade não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, pelo que não tem quaisquer responsabilidades pelo pagamento aos seus trabalhadores ou familiares, de pensões de reforma ou complementos de pensões.

h) *Impostos sobre lucros.* — A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2006 e 2005 é de 27,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da sociedade correspondem essencialmente aos prejuízos fiscais reportáveis e às provisões não aceites para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em Janeiro de 2007, e na sequência da promulgação da lei das finanças locais, foram aprovadas novas regras para o cálculo da derrama, com impacto na taxa final máxima de imposto sobre os lucros, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007. De acordo com o artigo 14.º da referida lei, a derrama pode ser fixada a uma taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, quando anteriormente a mesma taxa poderia atingir um máximo de 10% da colecta de IRC. Neste contexto, e com

referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade passou a calcular o montante dos activos e passivos por impostos diferidos com base numa taxa máxima de 26,5%.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, na medida em que as transacções que os originaram são reflectidas igualmente nos resultados do exercício.

O imposto corrente imputado aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 resulta exclusivamente da tributação autónoma, face à existência de prejuízos fiscais reportáveis originados em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2006, o montante dos prejuízos fiscais reportáveis por utilizar ascendia a 650 898 euros (nota n.º 6).

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal da sociedade durante um período de quatro anos (excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), designadamente em sede de IRC e de Imposto sobre o Valor Acrescentado, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2003 a 2006.

Neste âmbito, a sociedade poderá incorrer em eventuais liquidações adicionais, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal pelas autoridades. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

2 — Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas:

A preparação das demonstrações financeiras requer a realização de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do conselho de administração da sociedade. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de impostos sobre lucros:

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das autoridades fiscais.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros:

No que respeita às provisões para crédito a clientes, a sociedade cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (nota n.º 1.2.). No entanto, sempre que considerado necessário, estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa da sociedade sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pela Sociedade com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

3 — Crédito a clientes:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito vincendo:		
Locação financeira mobiliária	174 619 697	151 139 105
Crédito ao consumo	110 662 843	84 369 987
Outros créditos	1 163 969	596 470
	<u>286 446 509</u>	<u>236 105 562</u>
Crédito e juros vencidos	5 520 937	6 018 768
<i>Total de crédito concedido</i>	<u>291 967 446</u>	<u>242 124 330</u>
Juros a receber de crédito concedido	<u>713 230</u>	<u>555 253</u>

	2006	2005
Comissões e despesas diferidas associadas ao custo amortizado [nota n.º 1.2, alínea a)]:		
Comissões de angariação de operações de crédito	6 915 415	5 854 801
<i>Rappel</i> por angariação de operações de crédito	1 462 358	1 335 154
Despesas de reserva de propriedade	480 213	243 953
Subvenções (juros suportados pelo fornecedor)	(436 147)	(476 565)
Despesas de início de contrato facturadas aos clientes	(1 926 119)	(1 327 825)
	<u>6 495 720</u>	<u>5 629 518</u>
	<u>299 176 396</u>	<u>248 309 101</u>
Provisões (nota n.º 9):		
Para crédito de cobrança duvidosa	(92 181)	(263 355)
Para crédito e juros vencidos	(3 958 308)	(4 251 110)
	<u>(4 050 489)</u>	<u>(4 514 465)</u>
	<u>295 125 907</u>	<u>243 794 636</u>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito nos montantes de 3 667 458 euros e 2 989 186 euros, respectivamente, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (nota n.º 9).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a distribuição do crédito concedido por sectores de actividade, excluindo o crédito e juros vencidos, era a seguinte:

	2006	2005
Agricultura	1 053 541	1 765 758
Comércio	21 767 214	47 833 239
Construção e obras públicas	9 474 386	10 778 508
Indústria	5 713 636	7 071 191
Outros	84 136 995	9 661 143
Particulares	164 300 737	158 995 723
	<u>286 446 509</u>	<u>236 105 562</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais do crédito concedido, excluindo o crédito e juros vencidos, são como segue:

	2006	2005
Até três meses	1 382 273	1 410 568
De três meses a um ano	10 232 657	10 934 231
De um ano a dois anos	83 216 270	24 121 780
De dois anos a cinco anos	137 930 568	162 328 982
Mais de cinco anos	53 684 741	37 315 001
	<u>286 446 509</u>	<u>236 105 562</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital vincendo associado a contratos com prestações vencidas há mais de três meses, ascendia a 958 021 euros e 871 263 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2006	2005
Até três meses	1 878 986	1 737 572
De três meses a seis meses	172 552	175 135
De seis meses a 12 meses	376 976	528 126
De um ano a três anos	1 062 850	2 515 756
Superior a três anos	2 029 573	1 062 179
	<u>5 520 937</u>	<u>6 018 768</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as provisões constituídas para fazer face ao risco de crédito podem ser analisadas como segue:

	2006			
	Crédito e juros vencidos	Créditos de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total
Locação financeira mobiliária	2 633 318	74 460	2 288 569	4 996 347
Crédito ao consumo	581 600	17 721	1 371 754	1 971 075
Outros créditos	39	—	7 135	7 174
Provisão económica	743 351	—	—	743 351
	<u>3 958 308</u>	<u>92 181</u>	<u>3 667 458</u>	<u>7 717 947</u>

	2005			Total
	Crédito e juros vencidos	Créditos de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	
Locação financeira mobiliária	3 320 147	184 230	1 776 766	5 281 143
Crédito ao consumo	517 587	79 125	1 209 861	1 806 573
Outros créditos	25	—	2 559	2 584
Provisão económica	413 351	—	—	413 351
	<u>4 251 110</u>	<u>263 355</u>	<u>2 989 186</u>	<u>7 503 651</u>

4 — Activos não correntes detidos para venda:

Conforme indicado na nota n.º 1.2, alínea *d)* supra, encontram-se registados nesta rubrica os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira. O movimento nesta rubrica durante os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Aumentos	Reduções	Saldo em 31 de Dezembro de 2006
Valor bruto	343 269	1 725 754	(1 647 677)	421 346
Imparidade	<u>(101 936)</u>	<u>(144 705)</u>	<u>84 654</u>	<u>(161 987)</u>
	241 333	1 581 049	(1 563 023)	259 359

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os equipamentos e viaturas recuperados apresentam uma antiguidade inferior a um ano.

5 — Outros activos tangíveis e intangíveis:

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2005			Aqui- sições	Trans- ferências	Abates e alienações		Amortiz do exercício	Saldos em 31 de Dezembro de 2006		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortiz acumuladas		Valor bruto	Amortiz acumuladas	Valor líquido
Activos tangíveis:											
Mobiliário e material	58 934	(34 832)	24 102	—	—	—	—	(7 367)	58 934	(42 199)	16 735
Máquinas e ferramentas	15 788	(12 582)	3 206	—	—	—	—	(1 569)	15 788	(14 151)	1 637
Equipamento informático	512 103	(435 331)	76 772	—	—	—	—	(48 182)	512 103	(483 513)	28 590
Material de transporte	388 813	(139 448)	249 365	84 276	—	(78 829)	—	(87 968)	394 260	(179 245)	215 015
	<u>975 638</u>	<u>(622 193)</u>	<u>353 445</u>	<u>84 276</u>	<u>—</u>	<u>(78 829)</u>	<u>48 171</u>	<u>(145 086)</u>	<u>981 085</u>	<u>(719 108)</u>	<u>261 977</u>
Activos intangíveis:											
Sistemas de tratamento automático mático de dados (<i>software</i>)	2 929 373	(2 244 686)	684 687	330 344	282 927	—	—	(509 236)	3 542 644	(2 753 922)	788 722
Imobilizado em curso	282 927	—	282 927	6 044	(282 927)	—	—	—	6 044	—	6 044
	<u>3 212 300</u>	<u>(2 244 686)</u>	<u>967 614</u>	<u>336 388</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(509 236)</u>	<u>3 548 688</u>	<u>(2 753 922)</u>	<u>794 766</u>
	<u>4 187 938</u>	<u>(2 866 879)</u>	<u>1 321 059</u>	<u>420 664</u>	<u>—</u>	<u>(78 829)</u>	<u>48 171</u>	<u>(654 322)</u>	<u>4 529 773</u>	<u>(3 473 030)</u>	<u>1 056 743</u>
	Saldos em 31 de Dezembro de 2004			Aqui- sições	Trans- ferências	Abates e alienações		Amortiz do exercício	Saldos em 31 de Dezembro de 2005		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortiz acumuladas		Valor bruto	Amortiz acumuladas	Valor líquido
Activos tangíveis:											
Mobiliário e material	58 934	(27 465)	31 469	—	—	—	—	(7 367)	58 934	(34 832)	24 102
Máquinas e ferramentas	15 788	(9 743)	6 045	—	—	—	—	(2 839)	15 788	(12 582)	3 206
Equipamento informático	681 540	(482 848)	198 692	—	—	(169 437)	133 345	(85 828)	512 103	(435 331)	76 772
Material de transporte	327 843	(115 538)	212 305	127 248	—	(66 278)	51 262	(75 172)	388 813	(139 448)	249 365
	<u>1 084 105</u>	<u>(635 594)</u>	<u>448 511</u>	<u>127 248</u>	<u>—</u>	<u>(235 715)</u>	<u>184 607</u>	<u>(171 206)</u>	<u>975 638</u>	<u>(622 193)</u>	<u>353 445</u>
Activos intangíveis:											
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	2 520 396	(1 632 715)	887 681	266 216	142 761	—	—	(611 971)	2 929 373	(2 244 686)	684 687
Imobilizado em curso	387 713	—	387 713	37 975	(142 761)	—	—	—	282 927	—	282 927
	<u>2 908 109</u>	<u>(1 632 715)</u>	<u>1 275 394</u>	<u>304 191</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(611 971)</u>	<u>3 212 300</u>	<u>(2 244 686)</u>	<u>967 614</u>
	<u>3 992 214</u>	<u>(2 268 309)</u>	<u>1 723 905</u>	<u>431 439</u>	<u>—</u>	<u>(235 715)</u>	<u>184 607</u>	<u>(783 177)</u>	<u>4 187 938</u>	<u>(2 866 879)</u>	<u>1 321 059</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 o saldo da rubrica de activos intangíveis em curso compreendia essencialmente os encargos com a implementação e licenciamento de uma aplicação de gestão de clientes no valor de 260 818 euros. Durante o exercício de 2006, aquele montante foi transferido para activos intangíveis — Sistemas de tratamento automático de dados (*software*).

6 — Activos e passivos por impostos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o imposto corrente a receber foi determinado como segue:

	2006	2005
Estimativa de imposto do exercício [nota n.º 1 2, alínea h)]	(14 925)	(11 359)
Pagamentos especiais por conta e retenções na fonte (nota n.º 9)	111 933	81 246
Activo por imposto corrente	97 008	69 887

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dez. 2005		Reforços		Realizações/anulações		Redução da taxa de imposto [nota n.º 1.2, h)]	Saldos em 31 de Dez. de 2006	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto		Base	Imposto
Activos por impostos diferidos:									
Provisões temporárias, não aceites como custo fiscal:									
Riscos gerais de crédito	2 989 186	822 026	945 345	259 970	(267 073)	(73 445)	(36 675)	3 667 458	971 876
Crédito e juros vencidos	413 351	113 671	405 000	111 375	(75 000)	(20 625)	(7 434)	743 351	196 987
Outras provisões	51 878	14 267	864 082	237 623	—	—	(9 159)	915 960	242 731
	3 454 415	949 964	2 214 427	608 968	(342 073)	(94 070)	(53 268)	5 326 769	1 411 594
Prejuízos fiscais reportáveis	4 649 825	1 278 685	—	—	(4 649 825)	(1 278 685)	—	—	—
Desreconhecimento de activos intangíveis	4 029	1 109	—	—	(4 029)	(1 109)	—	—	—
	8 108 269	2 229 758	2 214 427	608 968	(4 995 927)	(1 373 864)	(53 268)	5 326 769	1 411 594
Passivos por impostos diferidos:									
Custos e proveitos ao custo amortizado	(322 059)	(88 566)	—	—	24 421	6 716	2 976	(297 638)	(78 874)
	7 786 210	2 141 192	2 214 427	608 968	(4 971 506)	(1 367 148)	(50 292)	5 029 131	1 332 720
	Saldos em 1 de Janeiro de 2005		Reforços		Realizações/anulações		Redução da taxa de imposto [nota n.º 1.2, h)]	Saldos em 31 de Dez. de 2005	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto		Base	Imposto
Activos por impostos diferidos:									
Provisões temporárias, não aceites como custo fiscal:									
Riscos gerais de crédito	2 298 114	631 981	988 655	271 880	(297 583)	(81 835)	(22 505)	2 989 186	822 026
Crédito e juros vencidos	440 993	121 273	332 358	91 398	(360 000)	(99 000)	(27 225)	413 351	113 671
Outras provisões	20 872	5 740	55 006	15 127	(24 000)	(6 600)	(1 815)	51 878	14 267
	2 759 979	758 994	1 376 019	378 405	(681 583)	(187 435)	(51 545)	3 454 415	949 964
Prejuízos fiscais reportáveis	7 566 335	2 080 742	—	—	(2 916 570)	(802 057)	(220 566)	4 649 765	1 278 685
Desreconhecimento de activos intangíveis	42 533	11 697	—	—	(38 502)	(10 588)	(2 912)	4 031	1 109
	10 368 847	2 851 433	1 376 019	378 405	(3 636 655)	(1 000 080)	(275 023)	8 108 211	2 229 758
Custos e proveitos ao custo amortizado	(372 047)	(102 313)	—	—	49 988	13 747	3 780	(322 059)	(88 566)
	9 996 800	2 749 120	1 376 019	378 405	(3 586 667)	(986 333)	(271 243)	7 786 152	2 141 192

Na sequência da transição para NCA, efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004, a sociedade reconheceu impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis no montante total de 2 512 006 euros, correspondentes a uma estimativa de recuperação de cerca de 75% dos prejuízos fiscais que se encontravam por utilizar com referência a 31 de Dezembro de 2004. Estes prejuízos fiscais foram integralmente utilizados durante os exercícios de 2004 a 2006. Em 31 de Dezembro

de 2006, a sociedade tinha ainda por utilizar prejuízos fiscais no montante de 650 898 euros, não se encontrando reconhecido o correspondente imposto diferido activo no montante de cerca de 163 000 euros.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2006	2005
Impostos correntes:		
Do exercício	14 925	11 359
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias	808 472	607 928
<i>Total de impostos reconhecidos em resultados</i>	<u>823 397</u>	<u>619 287</u>
Lucro antes de impostos	<u>3 218 983</u>	<u>1 951 822</u>
Carga fiscal (percentagem)	25,58	31,73

A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), a uma taxa de 25%, acrescida de 10% de Derrama, a que corresponde uma taxa agregada de 27,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada como segue:

	2006		2005	
	Taxa (percent.)	Imposto	Taxa (percent.)	Imposto
Resultado antes de impostos	—	3 218 983	—	1 951 822
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50	885 220	27,50	536 751
Custos não aceites fiscalmente:				
Correcções relativas a exercícios anteriores	6,47	208 179	2,20	42 872
Multas e outras penalidades	0,18	5 921	0,02	368
Ajudas de custo e deslocações	0,19	5 995	0,35	6 914
Seguros	0,11	3 390	0,20	3 942
Provisões	1,79	57 750	—	—
Outros	0,03	914	0,88	17 081
Benefícios fiscais	(0,05)	(1 675)	—	—
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	(12,66)	(407 514)	—	—
Tributação autónoma	0,46	14 925	0,58	11 359
Alteração da taxa nominal	1,56	50 292	—	—
	<u>25,58</u>	<u>823 397</u>	<u>31,73</u>	<u>619 287</u>

7 — Outros activos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
IVA a recuperar	3 413 440	13 080 451
Seguros a imputar	2 356 495	603 148
Devedores por alienação de equipamento	99 923	205 535
Contratos de assistência técnica — <i>software</i>	93 887	132 580
Proveitos a receber	46 478	118 478
Outros	333 329	143 764
	<u>6 343 552</u>	<u>14 283 956</u>

A rubrica de IVA a recuperar corresponde ao imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, decorrente da actividade da sociedade.

A rubrica de seguros a imputar corresponde aos prémios de seguros pagos às seguradoras pela BBVA IFIC no início dos contratos de locação, os quais são incluídos nas rendas a pagar pelos clientes, de forma linear ao longo do período de vida de cada contrato.

8 — Recursos de outras instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
A prazo ou com pré-aviso:		
No país:		
Descobertos em depósitos à ordem (nota n.º 23)	9 235 672	4 964 699

	2006	2005
No estrangeiro:		
Empréstimos de curto prazo	245 000 000	210 000 000
Juros a pagar	254 235 672 798 827	214 964 699 746 589
	255 034 499	215 711 288

Os descobertos em depósitos à ordem e os empréstimos de curto prazo em vigor em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, têm vencimento no primeiro trimestre de 2007 e 2006, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos de curto prazo vencem juros às taxas médias anuais de 3,6% e 2,3%, respectivamente.

9 — Provisões e imparidade:

O movimento nas provisões e na imparidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2005	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Trans-ferências	Saldos em 31 de Dezembro de 2006
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 3)	263 355	132 619	(303 793)	—	—	92 181
Crédito e juros vencidos (nota n.º 3)	4 251 110	1 054 737	(404 067)	(899 715)	(43 757)	3 958 308
	4 514 465	1 187 356	(707 860)	(899 715)	(43 757)	4 050 489
Activos não correntes detidos para venda (nota n.º 4)	101 936	100 948	(84 654)	—	43 757	161 987
	4 616 401	1 288 304	(792 514)	(899 715)	—	4 212 476
Provisões:						
Riscos gerais de crédito (nota n.º 3)	2 989 186	945 345	(267 073)	—	—	3 667 458
Outras	94 465	1 094 082	(20 000)	—	—	1 168 547
	3 083 651	2 039 427	(287 073)	—	—	4 836 005
	7 700 052	3 327 731	(1 079 587)	(899 715)	—	9 048 481

As utilizações de provisões para crédito e juros vencidos efectuadas durante os exercícios de 2006 e 2005 respeitam à anulação de créditos sobre clientes, os quais se encontravam totalmente provisionados.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de outras provisões tem a seguinte composição:

	2006	2005
Processos judiciais em curso	750 000	—
Contingências fiscais	130 000	—
Provisão para comissões de seguros a receber	46 000	—
Liquidações adicionais de imposto sobre o valor acrescentado	42 587	42 587
Multas fiscais	24 006	24 006
Outros	175 954	27 872
	1 168 547	94 465

A provisão para processos judiciais destina-se a fazer face aos encargos que poderão decorrer de um processo movido por antigos clientes de cursos financiados pela Sociedade, os quais não foram realizados na sequência do encerramento da entidade prestadora do serviço.

10 — Outros passivos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Fornecedores de imobilizado para locação financeira	7 067 057	9 615 487
Prémios de seguros a liquidar	304 773	—
Fornecedores de imobilizado para vendas a crédito	974 993	654 946
Credores diversos	1 106 717	755 928
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	1 705 828	718 165
Rappel por angariação de operações de crédito	533 202	790 550
Custos administrativos:		
Remunerações variáveis	374 774	212 973
Provisão para férias e subsídio de férias	228 533	198 235
Outros	129 648	167 559

	2006	2005
Regularização do Pró.-rata do IVA	214 021	386 570
Remessas não identificadas	193 056	98 534
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	23 215	68 732
Contribuições para a Segurança Social	28 056	23 661
Outros	304 995	236 215
	<u>13 188 868</u>	<u>13 927 555</u>

A rubrica de remunerações variáveis refere-se à provisão constituída para fazer face às remunerações adicionais a pagar pela sociedade, relativas ao desempenho dos colaboradores durante o exercício anterior.

A rubrica de remessas não identificadas corresponde a recebimentos de clientes, os quais se encontravam pendentes de imputação aos respectivos contratos.

11 — Capital, reservas e resultados transitados:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da sociedade encontrava-se representado por 29 903 045 acções de valor nominal de um euro cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi efectuado um aumento de capital por entrada de dinheiro no valor de 8 000 000 de euros.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da BBVA IFIC era detido pelas seguintes entidades (em percentagem):

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.	50,10
Finanzia Banco de Crédito, S. A.	49,90
	<u>100,00</u>

Na assembleia geral de accionistas realizada em 24 de Março de 2006, foi deliberado que a aplicação do resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, fosse a seguinte:

Reserva legal	133 255
Resultados transitados	1 199 280
	<u>1 332 535</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	2006	2005
Reservas:		
Reserva legal	604 878	471 623
Outras reservas	1 059 096	1 059 096
Resultados transitados	(2 354 691)	(3 553 971)
	<u>(690 717)</u>	<u>(2 023 252)</u>

De acordo com a legislação em vigor, a sociedade deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação da sociedade, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

12 — Saldos e transacções com empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os principais saldos do balanço e da demonstração dos resultados mantidos com empresas do Grupo BBVA eram os seguintes:

	2006			2005		
	BBVA Portugal	Finanzia Banco de Crédito	Total	BBVA Portugal	Finanzia Banco de Crédito	Total
Passivo:						
Recursos de outras instituições de crédito (nota n.º 8)	9 235 672	245 798 827	255 034 499	4 964 699	210 746 589	215 711 288
Resultados:						
Juros e rendim. similares (nota n.º 13)	13 042	—	13 042	3 315	—	3 315
Juros e encargos similares (nota n.º 14)	330 733	6 611 227	6 941 960	231 200	4 017 948	4 249 148
Encargos com serv. e comissões (nota n.º 16)	155 871	—	155 871	156 027	—	156 027
Gastos gerais administrat. (nota n.º 20)	1 042 016	—	1 042 016	893 107	—	893 107

13 — Juros e rendimentos similares:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito interno:		
Locação financeira mobiliária	9 366 791	7 122 007
Crédito ao consumo	9 150 124	7 123 099
Outros créditos	14 392	26 526
	<u>18 531 307</u>	<u>14 271 632</u>
Crédito vencido	281 690	278 804
Outros juros e proveitos equiparados	13 045	3 321
	<u>18 826 042</u>	<u>14 553 757</u>

	2006	2005
Comissões associadas ao custo amortizado [nota n.º 1 2, alínea a)]:		
Comissões por abertura de contratos	1 005 216	644 645
	19 831 258	15 198 402

Os exercícios de 2006 e 2005, os montantes recebidos e os montantes reconhecidos em resultados relativos a subvenções recebidas de fornecedores e a comissões cobradas na abertura de contratos de crédito apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Subvenções recebidas	295 969	269 235
Subvenções reconhecidas em proveitos	336 387	433 498
Comissões por abertura de contratos recebidas	1 603 510	1 177 401
Comissões por abertura de contratos reconhecidas em proveitos	1 005 216	644 645

14 — Juros e encargos similares:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Instituições de crédito no país:		
BBVA Portugal (nota n.º 12)	330 733	231 200
Instituições de crédito no estrangeiro:		
Finanzia Banco de Crédito (nota n.º 12)	6 611 227	4 017 948
	6 941 960	4 249 148
Comissões pagas associadas ao custo amortizado [nota n.º 1 2, alínea a)]:		
Comissões por angariação de contratos	3 455 997	2 666 189
<i>Rappel</i>	839 129	644 378
Despesas com reserva de propriedade	236 101	136 830
	4 531 227	3 447 397
	11 473 187	7 696 545

Nos exercícios de 2006 e 2005, os montantes pagos ou imputados e os montantes reconhecidos em resultados relativos a comissões de angariação de contratos, *rappel* e despesas de reserva de propriedade apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões imputadas por angariação de contratos	4 516 611	4 176 390
Comissões por angariação de contratos reconhecidas em custos	3 455 997	2 666 189
<i>Rappel</i> imputado	966 333	1 068 150
<i>Rappel</i> reconhecido em custos	839 129	644 378
Despesas pagas com reserva de propriedade	472 361	165 300
Despesas com reserva de propriedade reconhecidas em custos	236 101	136 830

15 — Rendimentos de serviços de comissões:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões de seguros	1 329 102	405 896
Outros	427	1 626
	1 329 529	407 522

A rubrica de comissões de seguros, refere-se a comissões recebidas pela sociedade pela actividade de comercialização de seguros junto dos seus clientes.

16 — Encargos com serviços e comissões:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões pagas por serviços bancários (nota n.º 12)	155 871	156 027
Comissões de seguros	231 088	—
Outros	—	1 741
	<u>386 959</u>	<u>157 768</u>

A rubrica de comissões de seguros, refere-se a comissões pagas pela sociedade a fornecedores pela angariação de seguros junto dos seus clientes.

17 — Resultados na alienação de outros activos:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Rendimentos na alienação de outros activos:		
Activos não correntes detidos para venda e bens associados a operações de crédito	644 649	466 012
Outros activos tangíveis	1 460	48 103
	<u>646 109</u>	<u>514 115</u>
Encargos na alienação de outros activos:		
Activos não correntes detidos para venda e bens associados a operações de crédito	(286 358)	(368 214)
Outros activos tangíveis	—	(5 412)
	<u>(286 358)</u>	<u>(373 626)</u>
	<u>359 751</u>	<u>140 489</u>

18 — Outros resultados de exploração:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Outros rendimentos de exploração:		
Recuperação de créditos incobráveis	1 684 348	1 789 561
Recuperação de créditos por venda de carteira	821 855	769 491
Seguros facturados a clientes	786 186	—
Reembolso de despesas	725 703	881 350
Ganhos relativos a exercícios anteriores	31 376	70 031
Outros	157 820	126 143
	<u>4 207 288</u>	<u>3 636 576</u>
Outros encargos de exploração:		
Regularizações associadas a contratos de crédito	(471 109)	(588 895)
Perdas relativas a exercícios anteriores	(312 077)	(141 220)
Ofertas a clientes	(188 034)	(117 498)
Outros	(64 948)	(150 465)
	<u>(1 036 168)</u>	<u>(998 078)</u>
	<u>3 171 120</u>	<u>2 638 498</u>

A rubrica de regularizações associadas a contratos de crédito, corresponde a diversas correcções efectuadas pela sociedade relativas a valores associados a contratos de crédito que se encontravam pendentes de regularização.

No exercício de 2006, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores, inclui cerca de 237 185 euros relativos a anulações de dívidas associadas a contratos de crédito.

19 — Custos com o pessoal:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Salários e vencimentos:		
Retribuição base	854 330	797 965
Outras remunerações	158 541	237 885
	<u>1 012 871</u>	<u>1 035 850</u>
Subsídio de férias	98 383	203 511
Subsídio de Natal	78 288	68 144
Subsídio de almoço	56 574	55 905
	<u>1 246 116</u>	<u>1 363 410</u>
Encargos sociais obrigatórios	260 790	265 320
Encargos sociais facultativos	36 344	30 193
	<u>297 134</u>	<u>295 513</u>
Indemnizações contratuais	—	6 894
	<u>1 543 250</u>	<u>1 665 817</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de efectivos ao serviço da BBVA IFIC era o seguinte:

	2006	2005
Administração	1	1
Quadros directivos	8	9
Quadros técnicos	19	15
Administrativos	19	23
	47	48

20 — Gastos gerais administrativos:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Fornecimentos de terceiros	55 788	22 608
Serviços de terceiros:		
Rendas e alugueres	812 346	667 235
Custos com trabalho independente	363 693	373 600
Esp. judiciais, contencioso e notariado	292 890	363 118
Conservação e reparação de equipam.	154 313	158 000
Deslocações e estadas	113 302	99 341
Comunicação e despesas de expedição	109 715	87 883
Seguros	710 408	13 038
Serviços especializados:		
Cedência de pessoal (nota n.º 12)	1 042 016	893 107
Gestão de clientes	307 961	355 532
Informática	254 722	201 641
Consultoria	133 965	194 311
Recuperação de crédito	139 780	109 558
Outros	675 914	810 363
	5 166 813	4 349 335

A rubrica de seguros corresponde aos encargos com prémios de seguro liquidados pela sociedade e reconhecidos como custo. Estes valores são facturados aos clientes ao longo das operações de crédito subjacentes, sendo reconhecidos como proveito na rubrica de outros rendimentos de exploração — Seguros facturados a clientes (nota n.º 18).

A rubrica de cedência de pessoal corresponde aos encargos suportados pela BBVA IFIC relativamente aos colaboradores cedidos pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.

21 — Divulgações relativas a instrumentos financeiros:

A sociedade, no decorrer da sua actividade está sujeita a riscos vários. O controlo dos riscos da actividade da instituição é efectuado com base em normas e orientações internas específicas definidas pela sociedade, bem como pelo grupo bancário em que está inserida.

Risco de crédito:

O risco de crédito corresponde ao risco da contraparte de um instrumento financeiro causar uma perda financeira à sociedade em resultado de incumprimento das obrigações.

Avaliação do risco:

Cada proposta de negócio é previamente analisada na área comercial das divisões de negócio existentes, sendo de seguida enviada para a direcção de risco.

O risco de crédito associado a cada proposta de negócio é quantificado pelos analistas de crédito com a aplicação dos critérios de análise definidos pela direcção de risco, a qual procede à aprovação final de todas as propostas de negócio. Está ainda disponível um modelo de *credit-scoring* que permite uma avaliação automática do perfil de alguns proponentes.

Estão definidos vários níveis de autorização, em função das habilitações e da experiência anterior do colaborador, existindo operações cuja decisão final tem de ser tomada em comité com a participação da administração.

O controlo do risco de crédito é assegurado através do acompanhamento diário dos limites que estão autorizados, quer os mesmos sejam estabelecidos pelos órgãos de gestão ou pelas entidades de supervisão.

Risco de liquidez:

O risco de liquidez corresponde à incapacidade da sociedade cumprir as suas obrigações financeiras.

Avaliação do risco:

A sociedade está integrada no grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, instituição que disponibiliza a abertura de linhas de crédito assumindo a gestão dos riscos de liquidez de modo a imunizar os referidos risco ao nível da sociedade. Desta forma, centraliza-se a gestão daqueles riscos dentro do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2006							
	À vista	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	Outros (a)	Total
Activo:								
Caixa e disponib. em bancos centrais	250	—	—	—	—	—	—	250
Disponib. em outras instit. de crédito	451 747	—	—	—	—	—	—	451 747
Crédito a clientes	—	1 382 273	10 232 657	221 146 838	53 684 741	5 520 937	7 208 950	299 176 396
	451 997	1 382 273	10 232 657	221 146 838	53 684 741	5 520 937	7 208 950	299 628 393
Passivo:								
Recursos de outras instit. de crédito	9 235 672	245 000 000	—	—	—	—	798 827	255 034 499
Gap de liquidez	(8 783 675)	(243 617 727)	10 232 657	221 146 838	53 684 741	5 520 937	6 410 123	44 593 894
	2005							
	À vista	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	Outros (a)	Total
Activo:								
Caixa e disponib. em bancos centrais	250	—	—	—	—	—	—	250
Disponib. em outras instit. de crédito	82 509	—	—	—	—	—	—	82 509
Crédito a clientes	—	1 410 568	10 934 231	186 445 762	37 315 001	6 018 768	6 184 771	248 309 101
	82 759	1 410 568	10 934 231	186 445 762	37 315 001	6 018 768	6 184 771	248 391 860
Passivo:								
Recursos de outras instit. de crédito	4 964 699	210 000 000	—	—	—	—	746 589	215 711 288
Gap de liquidez	(4 881 940)	(208 589 432)	10 934 231	186 445 762	37 315 001	6 018 768	5 438 182	32 680 572

(a) A coluna de outros inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrerem flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

Avaliação do risco:

O risco de taxa de juro encontra-se acautelado, uma vez que a carteira de crédito é composta com taxa indexada e adicionalmente possui uma margem bastante confortável relativamente às linhas de crédito em vigor. No caso de haverem alterações substanciais podem ser despoletados mecanismos de cobertura adequados, conjuntamente com o BBVA Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2006			
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	250	—	—	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	—	—	451 747	451 747
Crédito a clientes	—	69 781 653	229 394 743	299 176 396
	<u>250</u>	<u>69 781 653</u>	<u>229 846 490</u>	<u>299 628 393</u>
Passivo:				
Recursos de outras instituições de crédito	—	—	255 034 499	255 034 499
	<u>250</u>	<u>69 781 653</u>	<u>484 880 989</u>	<u>554 662 892</u>

	2005			
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	250	—	—	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	—	—	82 509	82 509
Crédito a clientes	—	54 913 738	193 395 363	248 309 101
	<u>250</u>	<u>54 913 738</u>	<u>193 477 872</u>	<u>248 391 860</u>
Passivo:				
Recursos de outras instituições de crédito	—	—	215 711 288	215 711 288
	<u>250</u>	<u>54 913 738</u>	<u>409 189 160</u>	<u>464 103 148</u>

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

22 — Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio:

Todos os proveitos gerados pela actividade da BBVA IFIC nos exercícios de 2006 e 2005 resultaram de operações realizadas em Portugal.

Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à instrução n.º 11/2003, do Banco de Portugal, a actividade da BBVA IFIC enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada de banca comercial.

23 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2006	2005
Numerário	250	250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	451 747	82 509
Descobertos bancários (nota n.º 8)	(9 235 672)	(4 964 699)
	<u>(8 783 675)</u>	<u>(4 881 940)</u>

24 — Consolidação:

As contas da BBVA IFIC são consolidadas ao nível das demonstrações financeiras do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez.* — A Técnica de Contas, *Lília Facho.*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 304 746 160 euros e capitais próprios de 31 607 914 euros, incluindo um resultado líquido de 2 395 586 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 2 de Março de 2007. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2006, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, analisámos o relatório de gestão do exercício de 2006, preparado pelo conselho de administração e a proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, a qual não inclui reservas.

Faço ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra-referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

(Sem assinaturas.)

2611036516

BPN — PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SGPS, L.^{DA}

Relatório n.º 12-U/2007

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Gerência:

José de Oliveira Costa, gerente.

Fiscal único:

J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, revisor oficial de contas (efectivo).

Salvador Figueiredo Vás Lima, revisor oficial de contas (suplente).

Relatório da gerência

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a gerência da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório de gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Enquadramento económico

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao quarto trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2,1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da zona euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

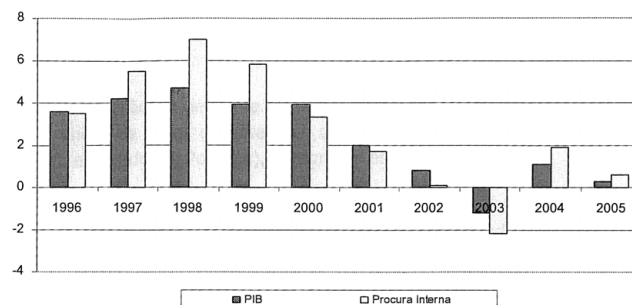
	Previsões			
	2005	2006	2007	2008
PIB	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo privado	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo público	1,9	— 0,2	—	0,3
Formação bruta c. fixo	— 2,6	— 3,1	—	3,9
Procura interna	6,0	0,1	1,1	1,9
Exportações	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações	1,6	4,3	3,5	4,7
Bal. corrente + Bal. capital (percentagem do PIB)	— 8,1	— 7,6	— 7,3	— 7,2
Inflação	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte: Banco de Portugal.

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma